Solicitada por: CGHCSVP	**Data:** 25/02/2025
Ministrado por: Alexandre Mezei	**Início:** 15h00
Local: Via Sistema ZOOM	**Término:** 16h30

Participantes em reunião: 25

PARTICIPANTES CONVOCADOS	REPRESENTAÇÃO	Presença		PARTICIPANTES CONVOCADOS	REPRESENTAÇÃO	Presença	
		Sim	Não			Sim	Não
Adilson A. F. Dias	Cons. Usuário	X					
Maria C. Buoni Cunha	Cons. Usuário	X		Lenira F. Soares	Supl. Usuário		X
Cleber R. de Oliveira	Cons. Usuário	X		Cleverson I. Teixeira	Supl. Usuário		X
Clodoaldo F. Dias	Cons. Usuário	X		Isabel M. S. Franco	Supl. Usuário	X	
Ivete de Campos	Cons. Usuário	X		Jose M. de Azevedo	Supl. Usuário	X	
Wilson HS Conceição	Cons. Usuário	X					
Agostinho P. Campos	Rep. Micro-Região	X					
Ralf M. de Carvalho	Rep. COMUS		X	Thaiza S. C. P. Soares	Supl. COMUS		X
Camila B. Moreira	Rep. Trabalhadores		X	Vanessa C.P. Donadon	Supl. Trabalhadores		X
Selma R. R. de Melo	Rep. Trabalhadores	X		Cleberson de S. Silva	Supl. Trabalhadores		X
Gabriel V. Nabas	Rep. Trabalhadores	X		Pedro Nardir Monteiro	Supl. Trabalhadores		X
Beatriz L. de Castro	Rep. Assoc. Trab.	X		Andrea Tropea	Supl. Assoc. Trab.	X	
Matheus Gomes	Rep. do H.C.S.V.P.	X		Tatiane C. G. Keller	Supl. Rep. H.C.S.V.P.	X	
Alexandre Mezei	Rep. do H.C.S.V.P.	X		Kleber Fernando Garcia	Supl. Rep. H.C.S.V.P.	X	
Clóvis W. Fontenla	Rep. Dir. Estatut.		X	Cláudio Roberto Mariano	Supl. Rep. Dir. Estatut.	X	
Marcel A. de Oliveira	Rep. Adm. Pública		X	Lucimara L. Mantovani	Supl. Rep. Adm. Pública	X	

Faltas Justificadas: Camila Barbirato, Lenira Fernandes, Ralf Milani, Marcel Augusto e Clóvis Fontenla

Convidados: João Bosco, Taina Silva, Rogerio Levada, Reinaldo Oliveira e Dalva

Pauta:

1. Justificativa de falta
2. Deliberação da ata da reunião Ordinária (janeiro/2025)
3. Informações da rescisão do convênio dos PAs (Central, Retiro e Hortolândia)
4. Apresentação do modelo de prestação de contas a Prefeitura e Tribunal de Contas
5. Comissão para acompanhar as tratativas das renovações dos convênios e transição do convênio dos PAs

Sr. Alexandre inicia a reunião ordinária do Conselho Gestor do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo do dia 25 de fevereiro de 2025, realizada de forma online via plataforma ZOOM. Iniciando o primeiro item de pauta: **justificativas de faltas** da Sra. Lenira, Sra. Camila Barbirato, Sr. Ralf Milani, Sr. Marcel Augusto e o Sr. Clóvis Fontenla. Iniciando o segundo item de pauta: **Deliberação da ata da reunião Ordinária (janeiro/2025)**, aprova-se a ata da reunião ordinária janeiro/2025, sem nenhuma consideração. **Iniciando o terceiro item de pauta:** Informações da rescisão do convênio dos PAs (Central, Retiro e Hortolândia). Sr. Matheus esclarece que, em relação aos comentários sobre a rescisão do convênio, gostaria de esclarecer que não pedimos 30% de reajuste, conforme aprovado pelo nosso conselho. Compartilhamos o valor com a prefeitura e justificamos que a necessidade do aumento se deve ao fato de que, nos últimos 18 meses, não ocorreram reajustes no convênio. No PA Central, foi solicitado um valor de R$ 2.220.514 para R$ 2.924.730, uma correção de 31,71%. A maior parte disso se deve ao aumento de 32 colaboradores, 189 plantões médicos e à atualização dos valores conforme a

FIPE – SAÚDE no período de 18 meses, que ficou em 11,6%. No PA Retiro, sem correção. No PA Hortolândia, uma correção de 18,76%. Se considerarmos os três prontos atendimentos, a correção foi de 22,33%. O aumento de 16% nos últimos 18 meses corresponde à meta do convênio para os próximos 18 meses, que era de 85 mil atendimentos para os três prontos atendimentos. Em média, realizamos 139 mil atendimentos, o que representa uma média de 63,85% acima da meta do convênio durante esse período de 18 meses. Estou reiterando aqui, pois isso já foi aprovado pelo Conselho do hospital São Vicente, com o entendimento da Comissão Financeira e também da prefeitura. No entanto, infelizmente, não alcançamos o resultado esperado, já que o convênio não obteve aprovação no COMUS e a Prefeitura decidiu seguir a recomendação. Portanto, 22,33%, 5,95% representam o reajuste da inflação nos últimos 18 meses, enquanto 11,60% corresponde à variação da FIPE Saúde nos últimos dezoito meses. E o hospital pediu para reajustar o convênio dos três PAs em 5,95%, quase a metade da inflação do período. Os restantes 16,38% para atingir 22,33% referem-se ao aumento de recursos humanos e ao aumento de quase 200 plantões médicos, e aproximadamente 40 funcionários. Isso ocorreu devido à ampliação do PA Hortolândia, que inicialmente operava até as 19 horas, posteriormente até as 22 horas e agora até as 24 horas. Com o crescimento de atendimentos, estamos superando a meta em mais de 63%. Portanto, para recompor o quadro devido ao aumento de demanda, foi necessário um aumento de 16%. Isso corresponde ao reajuste da infração. Apresenta o saldo financeiro de fevereiro, março e abril, esclarecendo que o mês de fevereiro deve encerrar com um saldo negativo, dado que o hospital não possui cheque especial. Portanto, apresentou um saldo negativo de R$ 471.719,26. Apesar da diferença entre a receita e a despesa de R$ 938.681,56, é porque havia um saldo inicial em fevereiro de R$ 466.962,30, o qual reduziu esse saldo negativo para R$ 471.719,26. O motivo desse saldo negativo foi esclarecido aqui no nosso conselho e na prefeitura. Escolheram a rescisão do contrato, porém, durante esses 90 dias, o contrato é deficitário, deixando o prestador de serviço sem receber. No caso do PA Central, que presta um extenso serviço médico, uma parcela dessa prestação de serviços deve ficar em aberto em fevereiro. Esses valores estão relacionados à prestação de serviços médicos e ao suporte diagnóstico. Se não conseguirmos reverter essa situação nos próximos meses, podemos chegar a abril com uma dívida de mais R$ 2.394.704,40. Esta é a situação prevista para os PAs. Quando pedimos o reajuste, era porque realmente precisávamos. Conseguimos chegar até janeiro, mas nos meses de fevereiro, março e abril, o hospital vai operar no negativo. Não conseguimos cumprir todos os compromissos que temos que cumprir, então trouxemos um cenário de oito anos atrás. O dinheiro nunca foi transferido para efetuar as rescisões, trago aqui um exemplo de quando assumi minha gestão, as dívidas de curto prazo do hospital eram de quase 60 milhões. Portanto, não era viável o hospital acumular saldo, em janeiro de 2017 o hospital estava sem pagar décimo terceiro salário, fornecedores e prestadores de serviço. Finalizamos o pagamento do parcelamento do fundo de garantia no ano passado. Tivemos que reduzir o número de funcionários, acredito que a maioria de vocês se lembra dessa situação. A dívida só com fornecedores, incluindo folha de pagamento, era de 23 milhões. Possuía um empréstimo na caixa econômica no valor de 34 milhões, porém, com juros e parcelamento. Este valor se aproxima de quase 60 milhões. E um déficit mensal a cada mês elevava a dívida do hospital em 4 milhões. A situação era caótica, o hospital estava sucateado e sem fundos para nada, já que nem o 13o salário, as férias e os impostos tinham sido pagos, nem os fornecedores e prestadores de serviços. Ainda havia uma dívida no banco no valor de 34 milhões, parcelado e acrescido de juros, praticamente dobra esse montante. Compara o passivo descoberto, o que significa que se o hospital pegar todas as suas receitas de patrimônio e vendê-las para pagar todas as suas dívidas, faltariam 261.614.224,62 em 2016 e 93.052.537,79 em 2023. Portanto, a condição patrimonial do hospital São Vicente apresentou uma melhora significativa nos últimos oito anos. Embora ainda não tenhamos o balanço completo do hospital, o que deve acontecer em breve. No ano passado, era de 93 milhões de reais, isso se deve às contingências trabalhistas, que incluem a dívida com o banco e o refis que o pessoal tem junto ao

Ministério da Fazenda, que é um parcelamento. Portanto, hoje, 93 milhões representam quase três vezes menos do que quando assumimos o hospital em 2017. **Iniciando o quarto item de pauta:** Apresentação do modelo de prestação de contas a Prefeitura e Tribunal de Contas. Sr. Matheus explica que o hospital como uma entidade privada sem fins lucrativos, uma entidade do terceiro setor, uma entidade filantrópica. Qualquer entidade que receba recursos públicos é obrigada por lei a prestar contas desses recursos. No nosso caso, precisa prestar contas à entidade conveniada, que é a prefeitura, e também ao Estado, ao Tribunal de Contas do Estado e, se necessário, ao Tribunal de Contas da União. Temos uma rotina de prestação de contas mensal. Todos os meses, enviamos as informações à prefeitura, que por sua vez encaminha para o Tribunal de Contas. Houve um debate sobre a suposta falta de transparência do hospital São Vicente, mas isso não é verdade. O hospital São Vicente sempre forneceu informações a todos os órgãos de controle e fiscalização. Sempre que é solicitado qualquer informação adicional, respondemos prontamente. No dia 12 de dezembro foi formada uma equipe de transição na prefeitura do novo governo que solicitou ao hospital São Vicente, por meio de e-mail, uma série de documentos diversos. Foi prontamente atendido e respondido por e-mail. Caso tenha ocorrido algum problema dentro da prefeitura entre as comissões de transição, isso não está relacionado ao hospital São Vicente. A resposta do hospital ao pedido feito no dia 12 de dezembro foi dada no dia 20 de dezembro. Essa pausa foi provocada pelo grande volume de documentos requisitados. A relação requerida tinha 29 itens e o hospital encaminhou esses documentos, sendo que uma grande parte já era enviada mensalmente para a prefeitura. O portal da transparência disponibiliza uma parte desses documentos. Portanto, é importante enfatizar que o hospital nunca deixou de enviar documentos à Prefeitura, ao Tribunal de Contas, à gestão anterior, à atual gestão e também à equipe de transição. Não havia nenhum documento pendente e fomos pegos de surpresa quando informou que o hospital não havia enviado esses documentos e essas informações. De acordo com a Lei Federal n° 12.527, o Hospital São Vicente mantém em seu portal da transparência as informações de sessenta itens que são obrigatórios para todas as entidades do terceiro setor que recebem fundos públicos. O Tribunal de Contas elogia o portal da transparência do hospital por ser de fácil acesso. Estamos atualizando isso desde 2017, quando o portal do hospital estava desativado. Desde então, estamos implementando melhorias contínuas. Todos os pagamentos do hospital são atualizados mensalmente, incluindo relatórios de produtividade, estatísticas da ouvidoria, lista de funcionários, cargos e salários base, convênios com entidades públicas, relatórios de atividades dos convênios, acompanhamento do progresso de cada convênio, lista de todos os fornecedores, médicos, plantonistas e locações de imóveis. As demonstrações financeiras do hospital são apresentadas à prefeitura, ao Tribunal de Contas, ao Conselho Gestor do Hospital, ao Conselho Administrativo da Assembleia e à diretoria estatutária. Há também uma auditoria externa independente que examina todas as contas do hospital São Vicente. Eles permanecem aqui durante todo o ano examinando as contas do hospital e, no final do ano, ele fornece um relatório sobre a situação do hospital, a veracidade das informações, a transparência e a informação do hospital. Não é transparente, mas não fazemos nada no hospital sem informar aos órgãos convenientes. Sra. Maria Cleuza solicita a palavra e diz que a prefeitura enfrenta um déficit de 450 milhões, sendo 150 milhões só na área da saúde, razão pela qual foi solicitada a prorrogação, a intenção deles não era de tirar o convênio. Eu participei da reunião porque desejava adquirir conhecimento e lutar contra o câncer que está sem assistência. Eu acompanhei pessoas em tratamento paliativo sem ter realizado nada. Fui até a ouvidoria para tentar auxiliar o rapaz em uma situação de Ortopedia, a ouvidoria não resolve mais nada, não entendo o motivo. Quando havia atendimento com solução, pessoas de longa data foram dispensadas, tudo isso no término do ano. Isso não poderia ter ocorrido neste momento. Sim, poderia haver problemas, mas não era algo grave para ter mandado embora, era uma economia a ser feita. Deve haver mais clareza naquela ouvidoria, pois os pacientes estão em uma fila e ninguém dá uma resposta, apenas informa que precisam aguardar. Durante essa reunião na prefeitura, houve um telefonema.

Comunicando que o conselho não aprovou o convênio, solicitamos noventa dias sem alteração do valor. Acompanhei, solicitei reuniões e o secretário de saúde o Sr. Tiago precisa demonstrar mais respeito, por esse motivo decidi me retirar e auxiliar as pessoas da forma que posso e consigo. Mas da maneira que está indo, não dá mais. Não precisava ter acontecido isso. Eu acho que quando perceberem que ia trocar a gestão. O primeiro passo era o São Vicente chegar, se, aproximar numa cautela, faltou isso. Sr. Matheus responde e diz que não pretendemos criar discussões políticas aqui, independentemente se senhora possui uma opinião política. No hospital São Vicente, não precisamos nos envolver em debates políticos. Como mencionei, trata-se de um hospital privado sem fins lucrativos que presta serviços à prefeitura. No que diz respeito ao PA, enviamos isso para a prefeitura e recebemos um e-mail que concordaram com os valores propostos. Infelizmente, isso não foi aprovado pelo COMUS e a Gestão Municipal decidiu seguir dessa forma. Previmos que haveria escassez de fundos a partir de fevereiro. Um exemplo não houve pedido para o PA Hortolândia funcionar até as 19h, a fim de reduzir os custos. Foi comprovado porque estávamos solicitando o aumento, e os funcionários dos Prontos Atendimentos? Deveriam ter perguntado como vamos efetuar o pagamento. Porque os atendimentos do PAs é 100% SUS se o dinheiro não for proveniente do ente público, de onde virá. A questão do câncer Sra. Cleusa, já realizamos diversas apresentações aqui e a senhora acompanha isso desde do começo estamos trabalhando e várias coisas foram melhoradas. No hospital São Vicente, a quimioterapia atendia inicialmente trezentos pacientes, atualmente atendemos mais de setecentos pacientes e já chegamos a atender oitocentos pacientes. Nos últimos anos, a radioterapia aumentou em mais 50%. Aumentou em 30% as cirurgias oncológicas, a hormonioterapia atende aproximadamente mil pacientes mensalmente no hospital São Vicente. O hospital São Vicente ele é porta aberta para urgência e emergência de traumato ortopedia, cardiocirurgia e neurocirurgia. Além disso, todas as internações de média complexidade de Jundiaí são transferidas para o hospital. Antes, o hospital atendia 1100 pacientes, agora interna 1500 pacientes, um aumento de 400 pacientes por mês. São quase cinco mil pacientes a mais no hospital, que atualmente opera com uma taxa de ocupação entre 120% e 130%. Já esclareci que se trata de um problema de saúde pública. Precisamos envolver outros hospitais nessa articulação com a Prefeitura de Jundiaí, as Prefeituras da Região Metropolitana de Jundiaí e o Estado. O pronto socorro está lotado e é uma área pequena do hospital. O hospital precisava realizar 140 cirurgias eletivas. Realizamos 250 cirurgias eletivas, são 100 cirurgias a mais se compararmos o número de cirurgias realizadas dentro do hospital com os últimos anos, estamos realizando mil cirurgias a mais do que nos últimos anos. Portanto, a eficiência do hospital aumentou muito. Não estamos mais atendendo apenas pacientes oncológicos de Jundiaí e da região metropolitana de Jundiaí. Os pacientes estão vindo do Nordeste, Norte, Sul e Sudeste de Minas Gerais. Porque eles não conseguem atendimento lá, então só queria registrar isso. Da maneira como está exposto, parece que o hospital é insensível e não tomou nenhuma providência. Contudo, trata-se de um problema de saúde pública. Se você chegar hoje e falar, vamos transferir recursos para o hospital São Vicente com o objetivo de ampliar as cirurgias eletivas. Infelizmente não é possível. Porque não possui capacidade, ele está operando no limite de sua capacidade de internação. Portanto, é necessário debater uma articulação regional para a Oncologia e outras patologias. Existem outras filas, como a da Ortopedia, a fila para próteses de joelho e a fila para próteses de quadril. No último mutirão realizado em parceria com a prefeitura, finalizado em janeiro deste ano, realizamos mais de duas mil cirurgias, sendo a maioria delas de ortopedia. O Grendacc e hospital universitário realizou uma parte dessas cirurgias. Isso é um problema de saúde pública. O hospital São Vicente, é um prestador de serviços e, trabalha além de sua capacidade. Sr. Wilson pede a palavra e pede que sua fala não seja interrompida. Sr. Alexandre comunica que ele dispõe de dois minutos para se expressar. Sr. Wilson diz que o salário de todos os funcionários não aparece no site. Me preocupa bastante, pois se a prefeitura já transferiu o dinheiro. Durante a nossa reunião da Comissão de Finanças, recebemos essa notícia. No momento, não temos essa quantia proveniente da rescisão dos

nossos funcionários. Eu discordo da total transparência oferecida agora a todos os conselheiros. Por exemplo, nunca foi fornecido um documento contratual para a compra de mercadorias, contratação de especialistas, contratação de funcionários ou pagamento de funcionários. Ao analisar a remuneração dos colaboradores no site do São Vicente, não conseguimos encontrar a remuneração dos diretores e a remuneração da superintendência. Portanto, desde o meu primeiro mandato, em janeiro de 2022, até hoje, não recebemos nenhum desses documentos apresentados da transparência do hospital. Nunca foi apresentado qualquer relatório. No entanto, agora não podemos falar, pois temos apenas dois minutos. Sr. Alexandre informa que sempre foi dois minutos. Sr. Wilson prossegue com sua fala questionando: o que vocês afirmam ter feito e nunca realizaram? Vocês nunca apresentaram sequer um por cento ao Conselho. É crucial documentar isso entre o que vocês falam e o que apresentam aqui. Até agora, nada chegou aqui. Portanto, desde o meu primeiro mandato, em janeiro de 2022, até o presente momento. Sempre tenho feito pedidos, como fiz hoje. Nunca me apresentaram, não desejo ser chamado para uma sala. Quero que seja apresentado na comissão, no âmbito coletivo. Sr. Matheus esclarece por que o hospital não mantém o valor da rescisão. Vou ser o mais transparente possível: o valor da rescisão não é guardado. Estamos sendo muito honestos aqui, sem qualquer intenção política. Havia um empréstimo no banco no valor de mais de 34 milhões, cujas parcelas somadas ultrapassam os 60 milhões de reais. Não pagava fundo de garantia, INSS, imposto retido, médicos, luz, laboratório. Todas as informações fornecidas estão disponíveis no portal da transparência, o hospital possuía um passivo descoberto de 260 milhões. Atualmente, é de 90 milhões de reais. Portanto, não é que o hospital não guardou, é preciso ter cuidado com as palavras. O valor mencionado quando falamos de rescisão pessoal, não se refere ao valor de uma pessoa. Esse montante nunca foi previsto nos convênios com a prefeitura e o hospital São Vicente, caso o convênio fosse encerrado como ocorreu com os PAs, esse valor não teria sido previsto. Trata-se do término de um convênio, permanecendo os funcionários que estão na folha de pagamento há um longo período e têm direito à rescisão contratual, mas esse montante nunca foi transferido para o hospital. O hospital tem o convênio hospitalar, radioterapia, SAMU e SAEC, ESF e PAs. Estamos discutindo um montante superior a 100 milhões que deveria estar guardado, à espera de um dia, caso isso viesse a ocorrer. No entanto, isso nunca ocorreu. Prestamos contas mensalmente para a prefeitura, os extratos são enviados todos os meses para a prefeitura e também para o Tribunal de Contas. O segundo ponto que você mencionou, que nunca foi atendido, o Conselho trabalha em nome do colegiado. Portanto, as solicitações devem ser encaminhadas para as comissões, como ocorre no COMUS, no Conselho Gestor do hospital e em outras entidades. Em relação ao salário dos colaboradores, existe um parecer que não é meu, mas sim do departamento jurídico do hospital que impede a divulgação. Se houver uma determinação contrária, será colocado. No entanto, isso não se encontra no portal da transparência, mas é enviado mensalmente à Prefeitura, apresentado no Tribunal de Contas e ao Ministério Público quando solicita. Sr. Cleber solicita a palavra e declara que há sessenta dias, tínhamos o melhor hospital do Brasil. O único hospital de alta complexidade resolutivo para seis municípios além de Jundiaí. Atualmente, possuímos o pior hospital do Brasil, onde nada funciona e há total falta de transparência no uso do dinheiro público que é injetado aqui. O que mais me intriga é que, durante todos esses anos. O Conselho do Hospital São Vicente é formado por suas comissões, que frequentemente emitem pareceres favoráveis. O plenário também aprova as contas, exceto alguns que levantam algumas indagações. Passa no Conselho Municipal de Saúde e suas respectivas comissões, que também analisam o plano de trabalho do hospital São Vicente e os recursos para os quais é destinado. Como mencionei na reunião das comissões, gostaria de abordar aqui a suspeita de irregularidades, coisas erradas e a falta de transparência que se tornou um modismo nos tempos atuais. A transparência foi extinta no hospital São Vicente. Vamos denunciar todos no Ministério Público, incluindo o Conselho Gestor do Hospital São Vicente e o Conselho Municipal de Saúde. Agora todos querem saber cada centavo. Em outras palavras, ninguém tem interesse em pegar e ler o plano de trabalho. Está discriminado no plano de trabalho esses

centavos. O que me deixa triste é essa saída dos PAs como está, sem qualquer tipo de estudo ou estrutura, terá um impacto significativo na população. Vou reafirmar que estou com o hospital São Vicente. Vocês podem me chamar de puxa-saco, mas estou com a administração. Não vou incentivar essa insanidade, pois todos nós sabemos que isso é um absurdo. Todos estão discutindo sobre essa ausência de transparência. Então vamos na polícia, no Ministério Público! Contudo, todos acabam indo para a prisão. Não se trata apenas do Matheus, mas também do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Gestor, a Câmara Municipal, entre outros também. Na prestação de contas é a única maneira de alcançar a transparência desejada por vocês. Vamos todos para a prisão, pois todos são corruptos. Sra. Maria Cleuza diz que nunca ouviu falar que o hospital é uma porcaria, eu sempre fui a favor do hospital. Com todas essas palavras, Cleber, eu não voto mais favorável. Com 74 anos, eu nunca seria presa por esse motivo e por sua declaração eu não vou aprovar, portanto, a partir de agora, eu reprovo tudo do hospital. Sr. Cleber responde, você está absolutamente certa conselheira Cleuza. Não é porque você possui 74 anos. Se você cometer um erro, terá que arcar com as consequências por isso. A sua idade não importa. Contudo, atualmente, o hospital não oferece qualidade, no passado, quando precisou do Matheus e do hospital, ele prontamente atendeu. Matheus foi útil quando necessário, mas atualmente não é mais. Sr. Agostinho se pronuncia e afirma que o hospital é transparente e acessível através do site. No entanto, acho muito forte a declaração do conselheiro de que todos seremos penalizados, e não falamos que o hospital é uma porcaria. Sr. Cleber responde que, em minha fala, disse "salve alguns" e isso está registrado. No entanto, quando aprovamos uma ação que posteriormente comprova a existência de um ato ilícito. Minha declaração é ofensiva, até para cessar essa conversa de que o hospital São Vicente não possui transparência. É evidente que há um bilhão de pessoas para as quais o hospital deve prestar contas. Sob essa nova administração, o hospital não possui mais transparência. Ainda afirmam que o prefeito não tem a prerrogativa de escolher o superintendente. **Iniciando o quinto item de pauta:** Comissão para acompanhar as tratativas das renovações dos convênios e transição do convênio dos PAs. Sr. Alexandre esclarece que estamos apresentando na plenária para que a nossa comissão financeira possa monitorar as negociações, especialmente em relação à transição do convênio dos PAs. Os conselheiros presentes concordam. Iniciando os informes, o Sr. Alexandre reforça que, mais uma vez, há pacientes na sala do anfiteatro e esclarece que, nesta reunião, não é possível solucionar os casos, a solicitação deve ser feita pela ouvidoria. Para registro na ata, eles se identificam como: Veralidia está à espera de uma cirurgia na ortopedia e questiona que existem divergências nas informações sobre a fila, Sr. Gustavo espera pela cirúrgica da Neuro e o Sr. Nilson espera por cardiologista. Sra. Dalva solicita a palavra e questiona o funcionamento do departamento de ouvidoria. Sr. Alexandre esclarece que, a ouvidoria do hospital funciona. Porém, quando surgem algumas demandas, a resposta nem sempre corresponde ao que o pessoal gostaria de receber. Isso acaba resultando nesse conflito. A ouvidoria atende todos os dias. A procura pelo hospital é enorme, e isso é um problema de saúde pública e quando a ouvidoria não fornece a resposta desejada pelo paciente, surge essa situação em que afirmam que a ouvidoria não está funcionando. O número de atendimentos da ouvidoria e o grau de satisfação já foram apresentados na plenária. Sra. Dalva diz que é necessário reavaliar os serviços prestados pelo hospital, já que a demanda é grande e não atende apenas Jundiaí. O governo estadual precisa reconsiderar isso, pois é lamentável para um hospital centenário passar por tudo isso. É um hospital muito estimado na cidade, que precisa recuperar seu respeito, pois é muito triste tudo que está acontecendo com o hospital. Sr. Alexandre diz que o maior desafio do hospital é a superlotação, uma questão de saúde pública, pessoas de outros lugares estão vindo para cá. Conforme mencionado pelo conselheiro Matheus, se o município declarar que vai transferir recursos para o São Vicente, a fim de que ele possa realizar cirurgias oncológicas, não é possível, porque não possuímos leitos e tudo que é feito excede o limite estabelecido nos convênios. Além de internações clínicas, realizamos também as cirurgias. Atingiu seu limite e não há mais espaço para expansão aqui. Todos os dias, realizamos reuniões onde há a presença

da equipe médica que aqui chamamos Randon. Para permitir a rotação do leito, permitindo que outros pacientes também sejam atendidos. Recebemos pacientes do Samu, dos Prontos Atendimentos, da Upa e até mesmo de outros municípios, por meio do sistema Cross. Portanto, é necessário fazer esse fluxo para girar os leitos, a fim de liberar espaço na emergência e no pronto socorro. É preciso junto com a Secretaria de Saúde e o Conselho, discutir uma maneira de aliviar um pouco essa demanda de pacientes. Por ser um hospital de alta complexidade, transferimos pacientes que não são de alta complexidade para conseguir realizar as cirurgias. Sra. Dalva diz, espero que essa situação seja resolvida e que tudo retorne ao seu devido lugar. Que os empregados retomem seus postos de trabalho e que o governo assuma sua responsabilidade, colocando o hospital regional em funcionamento. Porque essa situação está sendo desafiadora para vocês. Deveria haver um maior envolvimento deste Estado, conforme sempre discutimos nesta reunião. Sem mais assuntos a serem tratados. Finalizando a reunião, o vice-presidente Alexandre agradece a todos os participantes e encerrando a reunião às 16h30. Eu, Valéria Cristina de Freitas Abreu, redigi e lavro a presente ata.

Compromissos (pendências):

Jundiaí, 26 de fevereiro de 2025.

Assinaturas:

Adilson A. Ferreira Dias Conselheiro Usuário	Maria C. Buoni Cunha Conselheiro Usuário	Cleber R. de Oliveira Conselheiro Usuário	Clodoaldo F. Dias Conselheiro Usuário
Ivete de Campos Conselheiro Usuário	Wilson H. S Conceição Conselheiro Usuário	Lenira F. Soares Supl. Usuário	Cleverson I. Teixeira Supl. Usuário
Isabel M. S. Franco Supl. Usuário	Jose M. de Azevedo Supl. Usuário	Agostinho P. Campos Rep. Micro -Região	Ralf M. de Carvalho Rep. COMUS
Thaiza S. C. P. Soares Supl. COMUS	Camila B. Moreira Rep. Trabalhadores	Selma R. R. de Melo Rep. Trabalhadores	Gabriel Victor Nabas Rep. Trabalhadores

Vanessa C.P. Donadon Supl. Trabalhadores	Cleberson de S. Silva Supl. Trabalhadores	Pedro Nardir Monteiro Supl. Trabalhadores	Beatriz L. de Castro Rep. Assoc. Trab.
Andrea Tropea Supl. Assoc. Trab.	Matheus Gomes Rep. Diretoria HCSVP	Alexandre Mezei Rep. Diretoria HCSVP	Tatiane C. G. Keller Supl. Diretoria HCSVP
Kleber F. Garcia Supl. Diretoria HCSVP	Clóvis W. Fontenla Rep. Dir. Estatutária	Claudio R. Mariano Supl. Dir. Estatutária	Marcel A. de Oliveira Rep. Adm. Pública
Lucimara de L. Mantovani Supl. Adm. Pública	Valeria C. de F. Abreu Secretaria CGHCSVP		

Clóvis Wilson Fontenla
Presidente do Conselho Gestor
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo